

Sistemas familiares e práticas matrimoniais subalternas da América Latina: a hegemonia questionada

Subaltern family systems and marriage practices in Latin America:
Hegemony challenged

David Robichaux¹
david.robichaux@uia.mx

Resumo. Distintos autores, desde a antropologia e a história, têm proposto modelos únicos de uma suposta família latino-americana – com variações nacionais – de clara filiação com uma suposta família mediterrânea. Algumas destas propostas, com evidente viés de classe, parecem se referir a modelos ideais e discursos hegemônicos; ignoram as práticas culturais dos grupos subalternos ou relegam as condutas que não se conformam aos modelos referidos às soluções dos pobres. A partir do conceito de “sistema familiar”, neste trabalho explora-se a presença de lógicas culturais distintas das dos discursos hegemônicos e das práticas dos grupos dominantes e europeizados. Ditas lógicas moldam e dão formas à vida familiar em amplos setores da população – com antecedentes definitivamente não ibéricos – de praticamente todos os países da América Latina.

Palavras-chave: família, culturas subalternas, camponeses, Mesoamérica, América Latina.

Abstract. Different authors in the fields of anthropology and history have proposed single models of a supposedly Latin American family – with national variations – clearly connected with a supposedly Mediterranean family. Some of these proposals, with an evident class bias, appear to refer to ideal models and hegemonic discourses. They ignore the cultural practices of subaltern groups or label behaviors diverging from these models as solutions of the poor. Using the “family system” concept, this article explores the presence of cultural logics that are different from those of the hegemonic discourses and from the practices of the dominant, Europeanized groups. These logics shape family life in broad sectors of the population, with definitely non-Iberian backgrounds, in practically all Latin American countries.

Key words: family, peasants, subaltern cultures, Mesoamerica, Latin America.

¹ Professor-investigador da *Universidad Iberoamericana* (México) Mestre em Antropologia Social (*Universidad Iberoamericana*). Doutor em etnologia (Universidade de Paris X). Desde 2001 é coordenador do *Grupo de Trabajo Familia e Infancia de CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales)*.

Introdução

Sistemas familiares: lógicas culturais de reprodução social

Vânia Salles, estudiosa brasileira da família radicada no México, sinaliza com clareza as múltiplas dimensões de família em seu artigo “Cúando hablamos de familia, ¿de qué familia hablamos?” (1991). Em uma das dimensões que sinaliza, Salles põe em relevo a doutrina. Por exemplo, ao se referir ao direito canônico e ao Concílio de Trento, Salles (1991, p. 57) alega que o modelo familiar ocidental foi implantado “em países como os nossos, com culturas prévias diferentes às do Ocidente” e que dito “processo de implementação foi muito influenciado por pautas familiares correspondentes às das famílias mediterrâneas”. Entretanto, no nível da prática, sabemos que esta se distanciava muito destes modelos. As investigações históricas revelam que, na América Latina, têm existido, desde o período colonial, elevadas proporções de lares encabeçados por mulheres, uniões irregulares e outras condutas desviadas do modelo hegemônico em proporções, às vezes altas, que têm variado por região, período histórico e estrato socioétnicos². Também sabemos que, entre grupos subalternos de diferentes populações latino-americanas, as práticas de formação de casais e de organização familiar pouco têm a ver com um suposto modelo mediterrâneo ou europeu.

Na América Latina, existem populações que pertencem, freqüentemente, a tradições culturais negadas, submetidas aos discursos hegemônicos europeizados do Estado. Segundo a região e o país, estes estratos da população parecem ser alcunhados como “populares”, *criollos*, “caboclos”, *cholos*, “indígenas”, “índios”, “mestiços”, “*cabecitas negras*”, “morenos”, “pobres”, “marginalizados”, entre outros; nesse sentido, centrarei a análise no âmbito rural, nas populações geralmente chamadas “camponesas”. Conhecer as práticas concretas e aspectos particulares do processo familiar destes estratos nos permitem apreender as dinâmicas da formação dos grupos domésticos e grupos localizados de parentesco, assim como das redes de parentesco, e entendê-las a partir da perspectiva de variadas lógicas culturais distintas, em muitos casos, das européias.

Para evitar confusões, emprego o termo “sistema familiar” como uma forma de falar da família residencial em tal processo; perspectiva essa que foi exposta na obra sobre economia camponesa de Chayanov (1974), dos antropólogos Meyer Fortes (1970, 1978) e Jack Goody (1976) e da historiadora Tamara Hareven (1974, 1991).

De este modo, o grupo familiar residencial equipara-se à vida de um indivíduo desde o nascimento até o amadurecimento e a morte. Com este conceito, destaco a trajetória dos indivíduos pelas fases do ciclo e seus direitos de residência e herança de bens. Ainda que este conceito seja inspirado nas idéias de Georges Augustins (1989), emprego, pela sua simplicidade, o termo “sistema familiar” proposto por Stevan Harrell (1997). Ambos os autores inspiram-se nas idéias de Fortes e Goody, relacionadas ao grupo doméstico como processo de reprodução social, com exemplos etnográficos da Europa, no caso de Augustins, e de todo o mundo (excetuando a América Latina), no caso de Harrell. Eles mostram como, em distintas tradições culturais, a ordem de nascimento e o sexo do indivíduo podem se constituir em motivos para incluí-lo ou excluí-lo dos direitos de herança e pertencimento ao grupo. Onde o casal vive ao unir-se, com quem as relações são mais intensas, se com os parentes dele ou dela, quais bens e direitos herdamos e que linhas seguem à transmissão da propriedade são algumas das perguntas que o pesquisador deve fazer na perspectiva deste conceito de sistema familiar.

Nos termos do etnólogo francês Georges Augustins (1989), um sistema familiar particular se baseia em determinados princípios de legitimidade. Estes consistem em maneiras precisas de como são transmitidos, da geração mais velha à sua descendência, a propriedade e os direitos de pertencimento, assim como de fundar novos grupos. Augustins desenvolve suas idéias em um estudo comparativo das sociedades camponesas européias pré-industriais, no qual aponta distintas combinações de sucessão e herança. Retoma a distinção proposta por Sir Henry Maine e reconstrói a sucessão para aplicá-la ao direito de fundar uma nova unidade residencial, enquanto que limita a herança à transmissão da terra. Assim, em diferentes sociedades camponesas européias tradicionais, constatamos que, em algumas partes, todos herdamos a propriedade por igual, independentemente do sexo, e todos têm o direito de fundar uma nova unidade residencial; em outras regiões, somente os homens herdamos e somente eles são legitimados para constituir uma nova unidade residencial. Finalmente, há lugares onde só um dos descendentes, geralmente o varão mais velho, tem direito a toda a propriedade e é o único que pode continuar a fundar uma nova unidade residencial. Como sinaliza Stevan Harrell (1997, p. 9), “[...] na medida em que um grupo ou agregado de pessoas compartilham os mesmos pressupostos e regras quanto a como organizar suas vidas familiares, compartilham um sistema familiar” (tradução própria).

² Sobre esse tema, ver, por exemplo, com relação à Hispano-América, Calvo (1973), McCaa (1996, p. 45), Morin (1973), Quilodrán (1991, p. 32) e Twinam (1999, p. 12).

Em sociedades camponesas européias estudadas por Augustins e nas antigas China e Índia, que Jack Goody (1990) chamou de “estados agrários arcaicos”, a ocupação da terra é permanente e a posse, individual. Como é meio de produção, a transmissão da terra é a chave para entender a reprodução social, e esta adota normas particulares, posto que o investimento de mão-de-obra ao longo do tempo daria um valor acumulado à terra. Ao mostrar as semelhanças entre a Europa e a Ásia, em várias de suas obras, Goody (1976, 1990) contrastou estas últimas com as sociedades africanas, onde a agricultura é de roçado, a posse da terra é grupal – quer dizer, detida por clãs ou linhagens – e, distintamente das primeiras, não existia a estratificação social e o Estado. Stevan Harrell (1997) tem articulado as idéias de Fortes e Goody para destacar a família como processo em uma diversidade de tipos de sociedades, desde as industriais até as de caçadores-coletores.

As idéias dos autores comentados constituem o ponto de partida para abordar a organização familiar em distintos âmbitos latino-americanos, precisamente porque foi aí que os europeus encontraram uma variedade de sistemas sociais, desde os estatais dos astecas e incas, passando pelas *cacicazgos* ou *cacicagens*³, do Circumcaribe, até as tribos da selva amazônica e as tropas de caçadores-coletores dos pampas e da Terra do Fogo. Estas diferenças encontradas pelos europeus foram base de distintas formações sociais coloniais e republicanas que surgiram depois do contato e nelas têm sobrevivido, se transformado e gestado sistemas familiares que incorporam práticas dos distintos acervos culturais dos atores. Ficam fora da presente análise diversas sociedades aborígenes que só bem recentemente foram incorporadas aos estados nacionais, assim como distintos grupos de imigrantes, sobretudo aqueles assentados em zonas rurais, como em muitas partes do sul do Brasil.

A Mesoamérica e os Andes: sociedades agrárias arcaicas

Apesar das idéias generalizadas sustentadas pelos antropólogos pioneiros no sentido de que a Conquista arrasou as formas familiares pré-colombianas, sobretudo no âmbito mesoamericano, existe uma clara evidência de que, na Mesoamérica e nos Andes, a reprodução social dos grupos domésticos segue pautas próprias, muito distintas das que se têm descrito na Península Ibérica (Redfield e Villa Rojas, 1934; Salles e Tuirán, 1996; Robichaux, 2002). Se seguirmos os argumentos de Augustins, os grupos familiares e de parentesco localizados mostram as

características que este autor marca para as “linhagens atenuadas” que, etnograficamente, têm sido reportadas entre camponeses de algumas regiões européias, como a antiga Normandia, Rússia e Grécia, entre outras (Augustins, 1989).

No caso da Mesoamérica⁴, onde tenho realizado trabalho de campo antropológico e sobre a qual tenho desenvolvido uma exaustiva revisão bibliográfica (Robichaux, 1997, 2002, 2005b), destacam-se quatro especificidades definidoras de um sistema familiar que, ademais, têm sido amplamente descritas pelos antropólogos entre grupos indígenas camponeses, assim como em grupos cuja origem é indígena, alguns dos quais atualmente falam castelhano, que são: (i) a virilocalidade inicial, que produz elevadas proporções de famílias extensas; (ii) a ultimogenitura patrilinear na herança da casa; (iii) um privilégio masculino na herança da terra, ainda que sem a exclusão total das mulheres, e (iv) a presença de grupos locais de parentesco, similares às linhagens patrilineares.

Este sistema familiar particular, que denomino de “sistema familiar mesoamericano”, implica um determinado ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos, que transcorre da seguinte maneira, sucintamente: Um casal, ao casar-se ou unir-se, inicia a vida conjugal no domicílio do grupo familiar do varão. Depois de um tempo, que pode durar vários meses ou anos, de acordo com fatores como a disponibilidade de terras de cultivo e de emprego, ou o número de irmãos mais jovens, o jovem casal se muda e estabelece um novo domicílio, geralmente no mesmo pátio ou na vizinhança da casa paterna do varão, em um terreno doado pelo pai. Ao avançar o ciclo de desenvolvimento, o pai reparte as terras de maneira mais ou menos igualitária entre os varões, ainda que as mulheres também possam receber extensões, sempre em proporções menores que seus irmãos. Assim, todos saem da casa paterna, as mulheres para casa de seu marido, os homens para áreas ao lado da casa do pai, salvo o ultimogênito, que herda a casa e tem como responsabilidade cuidar de seus pais quando idosos. Sempre há casos especiais, como quando um casal não tem filhos ou não teve filhos varões; para estes, há normas que lhes são adequadas (Robichaux, 1997, 2002, 2005b).

Deste modo, o que encontramos em, praticamente, toda a extensão da Mesoamérica rural são grupos locais de parentesco, baseados em um importante princípio patrilinear que chamo de “patrilinhagens limitadas localizadas”. Estas se assemelham às linhagens mínimas descritas, não somente em sociedades tribais, mas também em camponeses de outras sociedades atuais, sucessoras de estados agrários arcaicos. Na área mesoamericana, seus membros cooperam entre si de diferentes maneiras, geralmente na produção

³ Em espanhol, o termo *cacicazgo* refere-se ao território que o chefe governa em algumas tribos indígenas americanas sem organização estatal.

⁴ Região ocupada pelas civilizações pré-colombianas, que compreende o centro e o sul do México, além de todo o território da Guatemala, Belize e El Salvador, e parte de Honduras, Nicarágua e Costa Rica.

agrícola e no ritual, contudo constituem vários lares, entendidos estes como grupos de consumo e/ou de produção. Ademais, os arranjos são tão variados que no interior das patrinhagens localizadas fica difícil demarcar os limites do lar (Regehr, 2005; Robichaux, 2005a).

No caso da área andina, as obras incluídas na ampla revisão bibliográfica realizada por Brendt Lambert (1980) mostram a existência de peculiaridades similares às destacadas para o caso da Mesoamérica. Nessa área, também existem o costume da virilidade inicial e a prática da herança da casa para o varão ultimogênito. Estas peculiaridades têm sido mencionadas na Bolívia, Peru e Equador (Lambert, 1980). Ademais, a ultimogenitura foi transmitida no sul da Colômbia (Gutiérrez de Pineda, 1968, p. 56), e de entrevistas com diferentes pessoas provenientes das províncias de Tucumán, Salta, Santiago del Estero e Catamarca, no noroeste argentino, sabe-se que existe o costume de o *xulca* ou ultimogênito herdar a casa.

Outro ponto em comum entre as duas áreas é o costume de celebrar o casamento depois de um período variável de co-habitação do casal, geralmente, na casa dos pais do noivo. Esta prática é conhecida como o *watanki*, o *watanakuy* ou o *siervanakuy*, entre outros nomes nos Andes (Lambert, 1980), e, ainda que não tenha um nome definido na área mesoamericana, uma prática similar foi amplamente descrita (Robichaux, 2003). Uma diferença significativa entre a Mesoamérica e os Andes é que, nessa última região, a prática da criação de animais remete-se à época pré-hispânica e a maior diversidade de ecotipos tem propiciado um manejo ecologicamente ótimo dos solos. Estes fatores parecem estar associados ao fato de que as mulheres são importantes proprietárias de animais, como lhamas, alpacas, carneiros, e de terras, de acordo com alguns autores (Hamilton, 1998; entre outros). Além disso, desde a Colômbia se tem citado a prática da herança paralela da terra nos Andes, que consiste em que as mulheres deixem suas terras para suas filhas e os homens para seus filhos varões (Zuidema, 1966), prática que ainda existe.

No nível da cultura material, como a evidenciada pela metalurgia e o cultivo de milho, sabemos que houve contatos entre as duas áreas americanas de desenvolvimento estatal. O sistema familiar mesoamericano e o conjunto de especificidades descritas, que parecem formar um sistema familiar andino, são coerentes com os que foram descritos nos setores camponeses da Índia e da China, agrupados por Jack Goody na categoria de “sociedades agrárias arcaicas”. Com suas particularidades, em seu ciclo de desenvolvimento os grupos domésticos produzem o que Augustins (1989) classificou como “linhagens atenuadas”. Além disso, estes cabem muito bem na categoria *C-cluster*, que Steven Harrell (1997) propôs para sociedades estatais pré-industriais. Nestas, os princípios patrilineares são

dominantes, ainda que os sistemas de parentesco devam ser qualificados de “bilaterais” por causa da potencialidade das mulheres para herdar (Robichaux, 2004).

Ainda que Goody (1976) não tenha contemplado as civilizações americanas em seu modelo, é óbvio que na sucessão de estados que se deu na Mesoamérica e nos Andes, ditos estados podem ser descritos como sociedades agrárias arcaicas, como as do Velho Mundo que estavam baseadas em agricultura intensiva. O que parece ter persistido destes estados, apesar de quase 500 anos de domínio europeu, são os camponeses e seus arranjos particulares de reprodução social, bem como o ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos, que, ademais, são coerentes com aqueles descritos entre os camponeses de outras sociedades deste tipo. Dada a migração massiva do campo às cidades, na última metade do século XX na América Latina, não nos surpreenderia encontrar a perpetuação destas pautas ou versões modificadas delas nas cidades (Kemper, 1974; Lomnitz, 1976).

Colômbia e Venezuela: terras de diversidade e questionamentos

Os dados provenientes das regiões andinas, da Colômbia e Venezuela, sugerem similaridades com os camponeses mesoamericanos e andinos, enquanto que, nas terras baixas das populações rurais, há mais em comum com as populações das zonas tropicais do continente sul-americano e das Antilhas. Nas terras altas, algumas das unidades sobreviventes tomaram a forma específica de *resguardos*, que, aparentemente, são continuidades de unidades pré-hispânicas. As práticas de agricultura intensiva sugerem sistemas de posse e transmissão individual da terra, como os que se encontram nas sociedades da Mesoamérica e nos Andes centrais, por esse aspecto, poderia esperar-se uma possível persistência de sistemas familiares antigos.

Não há dúvida de que se tratava de sociedades estratificadas (Rodríguez Freyle, 2000, p. 61) que, diante do crescimento demográfico, desenvolveram técnicas de agricultura intensiva, como sistemas de campo drenado e de irrigação, assim como terraços nas encostas em algumas partes da Colômbia (Bruhns, 1994, p. 348). Na Serra Nevada de Santa Marta, na Colômbia, e nos Andes venezuelanos, os espanhóis encontraram populações sólidas com assentamentos de até 800 casas e observaram também campos permanentes, galerias, canais e sistemas de acéguas (Métraux e Kirchhoff, 1949, p. 356-357). Segundo um observador, nestas terras muito acidentadas, as pessoas chegavam a seus lotes de cultivo engatinhando e “não

deixavam que escapasse um palmo de terra, ainda que fosse um desértico muito frio” (Clarac de Briceño, 1985, p. 34), o que sugere agricultura intensa e sociedades estratificadas.

Na bibliografia disponível sobre populações atuais, os dados são escassos, fragmentados e, às vezes, contraditórios; por isso, não é possível descrever um (uns) sistema(s) familiar(es) com pautas tão claras e generalizadas como as da Mesoamérica e dos Andes. Certas especificidades são freqüentemente mencionadas, mas faltam dados suficientes para contextualizá-los em um sistema familiar. Por exemplo, são numerosas as citações de princípios matrilineares na residência e na transmissão de direitos das terras altas da Colômbia. Nesse sentido, Juan Rodríguez Freyle, cronista que escreve uma história de Nova Granada, aponta que, ainda no ano de 1636, nas cacicagens sucedia nas funções do cacique o filho da irmã (Rodríguez Freyle, 2000, p. 62). De acordo com Juan Villamarín e Judith Villamarín (1975, p. 175), os princípios matrilineares operavam em outros âmbitos, aparentemente como direitos residuais, por linha materna, no contexto de um sistema de residência virilocal. Estes autores afirmam que a preferência da herança matrilinear dos chibchas anteriores à Conquista continuou durante a Colônia, e nos registros paroquiais coloniais as crianças eram identificadas pelo grupo de sua mãe (Villamarín e Villamarín, 1975, p. 176).

Uma forma institucionalizada de matrimônio experimental é muito difundida na Colômbia, chamada *amaño*; essa prática é registrada com maior intensidade nas comunidades de herança cultural indígena, contudo, é muito difícil saber se suas características têm antecedentes nas práticas matrilineares, transmitidas durante o período de contato com a Colônia. Nesse caso, o homem vai residir, geralmente, na casa da mulher e lá tem que trabalhar para os pais de sua esposa, antes de o casal estabelecer-se de maneira independente na proximidade de seu próprio grupo patrilinear. Em algumas partes, o *amaño* chegava a durar indefinidamente e se transformava em união livre (Gutiérrez de Pineda, 1968, p. 56-58), o que traz como consequência elevadas proporções de mães solteiras, as quais podem chegar a formar uniões posteriores, deixando os filhos do *amaño* sob a tutela dos avós maternos. As mulheres com filhos concebidos desta forma são conhecidas como “mulheres de experiência”, e entre populações rurais, inclusive entre os estratos médios, o fato de ser mãe solteira não é mal visto (Gutiérrez de Pineda, 1968, p. 61-65).

Por sua parte, Jacqueline Clarac de Briceño destaca algumas evidências de possíveis continuidades matrilineares no estudo realizado em uma comunidade andina, localizada no estado venezuelano de Mérida, que, apesar de ser conhecidos os seus habitantes como “crioulos”, conserva uma identidade indígena recente. Com os termos “rincão” e “sobrenome em feminino”, os habitantes se referem ao

“terreno mais antigo” ou ao “assento” das “subfamílias originárias”, como nos exemplos “rincão das Dávila” ou “rincão das Ruices”. A autora também comenta que se aplica o “sobrenome em feminino” fazendo menção às casas, como a casa das Paez, etc. (Clarac de Briceño, 1976, p. 102). Entretanto, também se observa que os casais jovens residem uma temporada na casa dos pais do homem e que, depois de ter vários filhos, se estabelecem em sua própria casa (Clarac de Briceño, 1976, p. 91).

Ao se referirem, em termos gerais, aos pequenos agricultores da zona andina venezuelana, dos estados de Táchira, Mérida e Trujillo, as antropólogas Luise Margolies e María Matilde Suárez citam um sistema de “herança divisível bilateral”, destacando que entre estes camponeses esperava-se que as filhas vendessem suas partes aos seus irmãos varões (Margolies e Suárez, 1975, p. 386, 394). Os grupos locais de parentesco consistem em várias famílias nucleares cujos chefes têm relações de parentesco patrilinearmente, e costuma-se recrutar parentes patrilineares nos sistemas de intercâmbio de mão-de-obra. Os homens conseguem, geralmente, sua independência no momento de casar-se, já que o término da nova casa para o casal coincide com a união. Os jovens casados contam com suas próprias terras e seu próprio armazém nas cercanias da casa paterna, e esta “família extensa patrilinear” costuma constituir um grupo de produção (Margolies e Suárez, 1975, p. 387-389).

Nas comunidades do altiplano da zona chibcha, como as províncias de Cundinamarca e Boyacá, na Colômbia, pratica-se uma “residência rotatória”, iniciando-se na casa da mulher para depois passar às terras do homem, “como se fosse na época anterior à Conquista” (Gutiérrez de Pineda, 1968, p. 74-77). Aparentemente, trata-se de um tipo de residência uxorilocal inicial que tem características de um serviço de noiva ou preço de noiva em forma de trabalho, que termina a residência virilocal, coerente com práticas similares em muitos grupos humanos, que tem sido descritos amplamente (para uns exemplos mexicanos, ver Mindek, 2003). Reiterando as diferenças socioculturais, Gutiérrez de Pineda destaca que, enquanto entre a “classe alta tradicional” impera a neolocalidade, na “tradição nativa” observa-se uma fase de residência uxorilocal inicial. Em Nariño, no sul, prefere-se a uxorilocalidade, enquanto que, em Cundinamarca e Boyacá, a tendência é para a patrilocidade (Gutiérrez de Pineda, 1968, p. 84-85). Com esta afirmação, a autora parece referir-se à residência final, e uma interpretação poderia ser que em ambas as regiões imperam princípios matrilineares que resultam em patrilineares, como em muitos camponeses, e que em Nariño a união inicia-se com um período de residência uxorilocal, a qual era como um serviço ou preço da noiva, enquanto que em Cundinamarca e em Boyacá não existia esta prática.

O estudo de Orlando Fals Borda acerca de uma comunidade camponesa de origem chibcha de Boyacá somente proporciona dados de corte estático; não permite um esboço de um processo ou sistema familiar. Revela que prevalecem os domicílios nucleares em 73% do total e que estes têm um tamanho médio de cinco membros. Não aclara a composição das famílias extensas e anota que os casais de recém-casados costumam viver neolocalmente, constituindo “uma unidade econômica e social identificada” (Fals Borda, 1961, p. 243-255). Em um estudo mais geral, realizado na mesma província, este autor sinaliza que os camponeses têm até mais de dez lotes dispersos e que a família é igual a da comunidade que havia estudado anteriormente (Fals Borda, 1973, p. 134-8, 177), o que sugere um sistema de herança divisível.

O estudo baseado em um trabalho de campo antropológico de longa duração, que Alicia Reichel-Dolmatoff e Gerardo Reichel-Dolmatoff realizaram em uma comunidade de Aritama na Serra Nevada de Santa Marta, na Colômbia, proporciona interessantes facetas de quão problemáticos são assuntos como “etnia” e “identidade” em muitas regiões da América Latina e põe em relevo a ocultação da diversidade em suas tradições culturais. Aritama aparece nos registros históricos como uma comunidade de índios, até a segunda metade do século XIX; os aritamenhos são considerados “índios” pelos habitantes crioulos das terras mais baixas e “crioulos” pelos índios que habitam nas elevações maiores da Serra de Santa Marta. Os autores argumentam que pode haver muitas comunidades deste tipo na Colômbia, que se encontram em uma espécie de “terra de ninguém” entre populações crioulas e índios tribais, entre zonas de terras baixas tropicais e terras mais altas e temperadas (Reichel-Dolmatoff e Reichel-Dolmatoff, 1961, p. xi-v). A bibliografia revisada mostra que populações deste tipo também são importantes em outros países latino-americanos.

Depois de uma impressão inicial de estarem em uma comunidade “aculturada”, os Reichel-Dolmatoff vão descobrindo uma série de práticas matrimoniais e sexuais, que diferenciam-se notadamente da ortodoxa católica (Reichel-Dolmatoff e Reichel-Dolmatoff, 1961, p. 113-115, 338-339). Destacam que um homem pode manter várias mulheres; por isso, existem muitas casas habitadas por uma mulher sozinha com filhos, que mantém relações estáveis com homens de outros grupos domésticos. O fato de aproximadamente de 40% das mulheres terem filhos com dois ou mais homens impede uma categorização fácil da organização familiar. Ainda que haja o predomínio da família nuclear, quando a família é extensa, tende a consistir em mulheres sem marido e cujas filhas têm filhos com homens não residentes, ou ainda, cujas filhas atraíram a um homem que possa ajudar

na economia doméstica (Reichel-Dolmatoff e Reichel-Dolmatoff, 1961, p. 144-156).

As mulheres são sempre as chefes da casa; têm uma posição econômica forte. A cooperação entre os membros da unidade matrilinear é muito maior que entre os grupos patrilineares de parentesco, e a mulher e seus filhos pertencem, sobretudo, à família da mãe. Uma mulher nunca vive sob a autoridade de seu companheiro, senão, mas da sua mãe e, ainda que viva de maneira independente, pode reclamar direitos como membro no grupo dela. A formação de um novo casal depende, em grande medida, da vontade da mãe da moça para ajudar sua filha e seu genro a estabelecer sua própria moradia (Reichel-Dolmatoff e Reichel-Dolmatoff, 1961, p. 157-163).

A evidente matrilinearidade do sistema familiar e de parentesco manifesta-se no intercâmbio de alimentos, na criação dos filhos ou na cooperação em atividades econômicas de pequena escala; desenvolvem-se todas estas atividades no entorno do eixo avó-mãe-filha que transpõe ao grupo doméstico e conduz as formações de unidades maiores que se assemelham a grupos de filiação matrilinear. Estas, conhecidas como “as Lopez” ou “as Gómez”, cooperam nas referidas atividades e não são, necessariamente, grupos locais (Reichel-Dolmatoff e Reichel-Dolmatoff, 1961, p. 167-168). A agricultura é de roçado em mais de 80% dos casos, o acesso à terra é por compra ou desmatamento do próprio agricultor; por isso, a herança não desempenha um papel importante na reprodução social dos grupos domésticos e de parentesco (Reichel-Dolmatoff e Reichel-Dolmatoff, 1961, p. 206-209).

Com este último exemplo etnográfico de como se reproduzem os sistemas familiares de origem muito distintas dos ibéricos, estamos bem longe dos altiplanos dos Andes e Mesoamérica. Pela natureza itinerante da agricultura de roçado, tende a diminuir a importância da herança e o indivíduo tem direito à terra por fazer parte de um grupo de parentesco. O que se sabe é que o roçado predominava em vastas áreas das terras baixas tropicais da América do Sul e do Caribe, onde prevaleciam os sistemas matrilineares no momento do contacto com os europeus. Cabe destacar que os sistemas que têm sido descritos como “matrifocais” ou “matrilineares” são de origens distintas. Ademais, assim como as categorias excessivamente gerais como “bilateral” ou “patrilinear”, costumam ocultar particularidades próprias de tradições culturais específicas. Por exemplo, nas adjacências caribenhas da Colômbia e Venezuela, onde a população de origem africana é importante, têm-se transmitido características “matrifocais” ou “matrilineares”.

A investigação de Angelina Pollak-Eltz (1974) sobre os descendentes de escravos africanos em sítios nos estados de Miranda e Aguara, outros grupos rurais e imigrantes rurais nas cidades revela uma alta incidência na Venezuela das características freqüentemente descritas nos estudos

clássicos de populações negras do Novo Mundo. Entre elas, incluem-se altas incidências de lares matrifocais, ilegítimos e uniões extra-residenciais. Ainda que a autora tome em consideração aspectos culturais, põe mais peso nos fatores econômicos para explicar este tipo de arranjos e associa a matrifocalidade a situações onde o homem e a mulher não formam uma equipe cooperativa de produção. Também destaca a importância da matrifocalidade em populações não descendentes de escravos de diversas regiões da Venezuela, salvo na região andina (Pollak-Eltz, 1976, p. 417-418). Esta afirmação sugere a presença nesse país de populações como aquelas de origem indígena das terras baixas, porquanto, novamente, quando se fala de matrifocalidade e matrilinearidade, é preciso descobrir as particularidades para saber de qual matrifocalidade e matrilinearidade se está falando. Por sua parte, em sua regionalização de tipos familiares de Colômbia, Gutiérrez de Pineda (1968) também sinaliza a importância de especificidades matrilineares entre a população negra da costa do Caribe e do Pacífico.

É relevante fazer uma advertência em relação à matrilinearidade, uma característica associada com povos horticultores de várias partes do mundo, seja em vastas zonas da África subsaariana, seja nas terras baixas sul-americanas e as coligações caribenhas. Segundo argumenta Mary Helms (1981), a evidência etno-histórica mostra que estas especificidades, cuja origem é explicada como consequência da migração laboral por Nancie González (1969), já existiam entre os ancestrais dos garifunas nas Pequenas Antilhas. E mais, no caso dos miskitos, da Nicarágua e de Honduras, a matrilineidade deve associar-se com as culturas dos índios tribais das terras baixas sul-americanas (Peter Espinoza, 2007). Mas, não vem ao caso repetir de maneira desnecessária o debate em que se discutia se a matrifocalidade no Caribe era de origem africana, se resultava de causas econômicas de índoles distintas, ou se era uma resposta à escravidão que propiciava a unidade da mãe com sua cria mediante a venda dos pais (Barrow, 1996). Melhor, devemos considerar que, dependendo do caso particular, quaisquer destes fatores, independentes ou juntos, podem entrar em jogo, atuar por conta própria e reforçar-se mutuamente. Jamais se deve esquecer que “matrifocalidade” e “matrilinearidade” são categorias gerais que devem nos ajudar a descobrir e analisar realidades particulares. Nesta empresa, é necessária a história em combinação com a antropologia e a sociologia. Diante disso, devemos sempre tomar em conta história e tradições culturais em nossas abordagens; não devemos supor que, com o contato com os europeus, se tenha dado um processo automático de “passar uma borracha e virar a página”, impondo ao indígena, ao negro e a seus mestiços um padrão único de família ocidental.

Nas terras dos guaranis: outras matrilinearidades

Nas discussões sobre os sistemas familiares e o contato entre os povos da Europa e da América, o caso da tradição guarani é especialmente interessante por suas formas particulares de estabelecer relações com os europeus. No que hoje é o Paraguai e nas regiões limítrofes do Brasil e da Argentina, estabeleceram-se as célebres missões dos jesuítas; nas regiões do Paraguai onde os guaranis não foram organizados em missões, os espanhóis casaram com mulheres indígenas e sua descendência integrou-se, através delas, em redes locais de parentesco. Os espanhóis constataram que os guaranis do Paraguai moravam em um tipo de grandes habitações de palha que Arnaldo Bruxel (1996, p. 65) descreve como “*aldehuelas*” ou vilarejos. Estas podiam abrigar desde várias famílias nucleares a uma ou duas centenas de pessoas. Os guaranis aceitaram a imposição das paredes divisórias que os jesuítas impuseram com a finalidade de “favorecer a moralidade familiar”. O novo arranjo foi recebido com satisfação pelos índios, já que permitia “a cada galo cantar em seu galinheiro” (Bruxel, 1996, p. 55).

Nos padrões originais da utopia contemplada pelos jesuítas, as moradias deveriam ser organizadas em quadras onde se deveriam estabelecer quatro famílias nucleares com sua horta particular. Contudo, logo os jesuítas perceberam que, ao viver em salas próximas, facilitava-se a ajuda mútua entre parentes. Este arranjo favoreceu o afincamento dos guaranis à missão; por isso, não se levaram adiante as recomendações do padre provincial em quanto à disposição de quatro famílias nucleares por quadra. Assim, em lugar de habitações isoladas ao estilo europeu, os guaranis catequizados e destribalizados das Reduções viveram em “blocos de casas, munidos de paredes divisórias para cada núcleo familiar” (Bruxel, 1996, p. 65-66). Desse modo, apesar do plano de reorganizar os guaranis de acordo com um modelo familiar nuclear nas novas moradias, nas missões se deu certa continuidade aos vilarejos mencionados.

Este fato é interessante à luz da versão que tanto tem dominado o pensamento de alguns historiadores (Bernand e Gruzinski, 1986) no sentido de que entre a Igreja e o Estado se impôs um modelo ocidental de família. Se, sob condições de controle estrito, os jesuítas desistiram de seus planos de organizar os guaranis ao modo da família nuclear européia, por que devemos pensar que em outras formações coloniais, como as do México, nas quais as unidades de organização camponesa persistem, a Igreja pudesse modificar a forma da unidade residencial? Este tipo de intervenção, que não foi levada a cabo nas Reduções dos guaranis, não é o mesmo que pregar a doutrina da monogamia e os valores da “família tradicional”

correspondentes aos setores mais abastados, excluindo índios e negros da sociedade. Quer dizer, é necessário não confundir discursos e práticas dos grupos hegemônicos com as práticas dos estratos de tradições culturais subalternas.

A persistência de padrões guaranis na organização familiar no Paraguai tem sido um tema de discussão. Daniel Vidart (2000, p. 55) considera que as especificidades matrilineares no Paraguai republicano explicam-se porque não se modificou toda a organização social pré-hispânica com o advento das reduções jesuítas. Por sua parte, Bárbara Potthast-Jutkeit ofereceu, com grande cautela, versões matizadas da continuidade com o passado pré-hispânico, sinalizando também outros fatores históricos. Ao observar que o Paraguai tem um dos índices mais altos de ilegitimidade, destaca que os censos de dito país em finais do século XVIII e princípios do XIX revelam importantes proporções de grupos domésticos encabeçados por mulheres sozinhas. Potthast-Jutkeit pensa que, no momento do contato com os guaranis, estes se encontravam em uma situação de transição da matrilocidade e matrilinearidade para os princípios patrilineares, processo que ela associa com a mudança do sistema de roçado para um maior sedentarismo (Potthast-Jutkeit, 1997, p. 124-126). A introdução da pecuária entre os guaranis, em substituição à atividade de caça dos homens, em lugar de mudar de lote de cultivo cada três ou quatro anos, fez com que se assentassem os guaranis em aldeias estáveis. De acordo com Potthast-Jutkeit (1997, p. 130), pode-se supor que estas modificações na subsistência acelerassem a mudança para uma estrutura “patriarcal”. Contudo, penso que esta suposta transição da matrilinearidade à patrilinearidade, no momento do contato, também pode referir-se à situação dos chefes poligínicos e não à das pessoas comuns.

A mestiçagem no Paraguai produziu-se no contexto da incorporação de homens espanhóis em redes de parentesco existentes mediante alianças com mulheres que lhes foram dadas como esposas ou para servir no trabalho agrícola (Susnik, 1965, p. 9-13). Com a redução da população pelas doenças introduzidas pelos europeus, as grandes “comunidades casas” – ou *aldehuelas* ou vilarejos, como as denominou Bruxel –, com a falta de mulheres e menos braços para a preparação das roças, se reagruparam formando pequenos grupos domésticos (Susnik, 1965, p. 14). Nestas condições particulares, conservou-se a língua guarani, e existem fundamentos para especular que outros padrões familiares foram transmitidos através das mulheres. De acordo com Potthast-Jutkeit, as mulheres permaneciam no mesmo lugar e cultivavam a terra; como os homens se deslocavam para a realização de diversas atividades econômicas, as mulheres se convertiam em elementos estáveis da família. Segundo a autora, a sociedade paraguaia atual pode ser descrita como “matricêntrica”, matrilinear e matrilocal, caracterizada por uma grande instabilidade familiar,

consequência da nova estrutura forjada na Colônia, que não facilitava a integração dos varões índios através dos papéis dentro da família (Potthast-Jutkeit, 1997, p. 131-132).

Em tempos mais recentes, encontra-se evidência de uma continuidade destes padrões no Paraguai. Em seu estudo de uma comunidade paraguaia na década de 1940, os antropólogos Elman e Helen Service afirmaram que, em Tobatí, a família era geralmente nuclear. Entretanto, no censo que levantaram, mais de 37% dos grupos domésticos estavam encabeçados por mulheres sozinhas, e alguns abrigavam três gerações. Os autores também sinalizam a importância das mulheres na composição doméstica e a propriedade feminina de moradias. Em muitos destes casos, podia haver um homem visitante que passava o dia com seus parentes e a noite com sua companheira, da qual esperava fidelidade. Ainda nas famílias completas, a importância das mulheres na manutenção da estabilidade familiar era vital: controlavam as finanças, tinham recursos próprios, e os homens eram tratados, às vezes, “quase como convidados”. As mulheres abandonadas, geralmente, retinham a posse da casa. Os filhos ilegítimos poderiam ser reconhecidos pelo seu pai, o que não implicava obrigações de sua parte. No caso de os filhos serem adotados, mais comumente, isso era feito pelos parentes da mãe (Service e Service, 1954, p. 149-160).

Daniel Vidart destaca a importância e presença dominante guarani sinalizando suas entradas no Uruguai com a dissolução das missões jesuítas e, a princípios do século XIX, de “guaranis destribilizados, cristianizados” que se dedicavam a explorar as manadas de reses selvagens na Banda Oriental. De acordo com este autor, no Uruguai a população guarani seria “a base das peonadas das fazendas de reses bovinas”, e eles formavam quase a terceira parte dos 70 mil habitantes ao tornar-se o país independente (Vidart, 2000, p. 50-51). Considerando a importância da criação de gado no Rio Grande do Sul, na região guarani do nordeste argentino e no Uruguai, é possível pensar que, no caso de haverem se conservado os princípios matrilineares dos guaranis, poderiam ter servido para esta atividade. Não há dúvida de que um sistema familiar matricêntrico facilitaria a mobilização e a freqüente ausência dos homens que se supõem no tipo de pecuária que se praticava nessa vasta região. A importância presente de domicílios encabeçados por mulheres em uma comunidade de Corrientes, no norte da Argentina, que Constanza Street estuda (comunicação pessoal, 2004), é coerente com uma tendência deste tipo.

Os caboclos do Brasil: uma aproximação ao caso e as especificidades

De acordo com vários autores, o conteúdo do termo “caboclo” varia de região para região, ainda que se possam

sinalizar algumas características gerais. Uma de suas constantes é a agricultura de roçado, o que, em definitivo, não favorece a posse permanente da terra de cultivo e o mesmo tipo de formações sociais dos Andes e da Mesoamérica. Por isso, a herança da terra provavelmente não representa a chave para entender processos particulares de reprodução social dos grupos domésticos, ainda que aparentemente pouco se saiba deles.

Emilio Willems (1952) descreve as “culturas caboclas” nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, assim como boa parte de Minas Gerais e regiões do Paraná e Mato Grosso. Trata-se dos habitantes rurais em que estão representadas em graus distintos, de acordo com as diferentes regiões, as raízes indígenas, portuguesas e negras. A população da área de seu estudo caracteriza-se por especificidades distintas, quanto à ocupação e utilização da terra, organização social e ritualismo religioso, entre outros, e se diferenciam de áreas onde se pratica a pecuária cujos habitantes são “culturalmente distintos”. Também equipara ao costume de *usucapião* – uma ocupação livre de terras para a agricultura sem permissão de ninguém – à prática dos indígenas (Willems, 1952, p. 231-234). Assim, fica clara a continuidade, entre os caboclos, das práticas e tecnologias indígenas; contudo, há escassez de informação específica para afirmar uma continuidade paralela dos sistemas familiares e da reprodução social dos grupos domésticos.

O estudo de Willems e Giaconda Mussolini sobre os *caícaras* – caboclos pescadores – da ilha de Búzios, na costa do estado do Rio de Janeiro, aborda a família de uma perspectiva estática. Os autores sinalizam que a família nuclear predomina e que a neolocalidade é a forma preferida de residência pós-marital; entretanto, ao se casar, o filho varão tende a construir sua moradia no prédio de seu pai, o que permite o uso conjunto dos equipamentos para produzir a farinha de mandioca (Willems e Mussolini, 1952, p. 65). No caso das pouquíssimas famílias extensas, cada família nuclear conta com a sua própria cozinha e horta (Williams e Mussolini, 1952, p. 74). Em uma nota de pé de página, os autores afirmam que “tem sido hábito na ilha de Búzios que um filho varão viva com seus pais anciãos ou inválidos. Depois de sua morte, pode herdar a casa. A um filho lhe permite casar-se e mudar de residência somente quando o seguinte irmão varão tenha suficiente idade para ajudar efetivamente para assistir na manutenção de seus pais anciãos” (Willems e Mussolini, 1952, p. 76). Estes dados sugerem que não se trata, exatamente, da família nuclear como a que alguns têm suposto que a Igreja e o Estado impuseram na Colônia. Ademais, a menção do herdeiro co-residente com os pais idosos poderia ser uma referência ao *caçula*, palavra de origem africana – quimbundo de Angola – corrente no Brasil, que designa o(a) ultimogênito(a), que

cumprir este papel em outras populações de caboclos, como veremos posteriormente.

Também se tem aplicado o termo *caboclo* aos habitantes não indígenas do Amazonas que têm um modo de vida baseado na agricultura de roçado. Podem ser descendentes de índios destrabalizados – tem-se empregado inclusive o termo *cabocliização* – ou das misturas mencionadas nos parágrafos anteriores. O trabalho clássico de Charles Wagley (1953) sobre uma comunidade cabocla da região amazônica proporciona informação muito limitada sobre a organização familiar. Afirma que a família residencial tende a ser nuclear, ainda que, às vezes, um pai viva e trabalhe com seus filhos varões (Wagley, 1953, p. 149-159).

Em seu estudo acerca de uma comunidade de caboclos do baixo rio Amazonas, Mark Harris constata que as habitações estão organizadas em “clusters” (agrupações ou constelações), que define como uma “sólida rede de casas multifamiliares, organizadas em torno de um casal parental”, que são separadas entre si por uma cerca. Trata-se das “unidades primárias através das quais se vive a vida social e econômica”. Ao aplicar o conceito de “ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos” ao *cluster*, Harris diz que o casal se une co-habitando na casa de qualquer dos esposos, ainda que exista a tendência a que seja a da mulher, se ela está grávida. Assim, asseguram-se os cuidados da mulher para uma primeira gestação. Nascido o primeiro filho, o casal tentará construir sua própria casa em um terreno independente, posto à disposição deles pelos pais de qualquer um dos dois (Harris, 2000, p. 85).

Será com os pais do cônjuge com mais terreno disponível onde viverão, e, por isso, em um momento do ciclo de desenvolvimento quando puderem, tentarão sair da casa que construíram ao lado dos sogros/pais para se fixar em um terreno com extensão suficiente para abrigar seus filhos e, a partir desse momento, recomeçar o ciclo. O ideal é se unir aos irmãos para *ajuntar as coisas*. Entretanto, Harris afirma que há uma preferência a que os homens permaneçam perto de seus pais, enquanto que as mulheres vão residir com seus maridos, em outra área. É comum que o ultimogênito – o(a) caçula – permaneça para cuidar dos pais quando idosos e herde a casa. Ao final do ciclo, na fase da sucessão, ficará um *cluster* que reúne um grupo de irmãos, majoritariamente varões, com suas esposas e sua prole. O ciclo se repete em outras áreas ao escassearem as terras de cultivo, o que obriga a uma transferência em direção aos pais do cônjuge que contam com terrenos, ou a estabelecerem-se em novas terras (Harris, 2000, p. 93-94).

É difícil saber se este sistema familiar tem suas raízes no sistema de parentesco dos indígenas, dos que descenderam dos caboclos das comunidades estudadas por Harris, povos estes que se remontam ao século XVI (Harris, 2000, p. 27). O que é necessário observar, antes de tudo, é

que, apesar da sugestão de um princípio patrilinear nos estudos de Wagley, Willems e Harris, mais que pensar em um sistema familiar caboclo único, seria mais provável a existência de vários. Como hipótese, poderia se pensar que as diferenças poderiam ser atribuídas aos sistemas indígenas anteriores, ainda que somente novas pesquisas pudessem lançar luz a esse respeito. Ademais, não se pode esquecer a origem africana da palavra “caçula”, ainda que tampouco saibamos se há correspondência, neste caso, entre o fenômeno lingüístico e a origem cultural. Fica pendente sua origem: uma continuidade com um passado indígena? Ou uma adaptação que se forjou com a intensificação da agricultura? – como sugere Potthast-Jutkeit quando se refere ao sedentarismo dos guaranis do Paraguai.

A abordagem de Harris, através de uma adaptação do conceito de ciclo de desenvolvimento a um grupo primário, constitui, no meu modo de ver, um modelo a seguir especialmente útil para tratar com situações de populações onde a herança da terra não desempenha um papel tão importante na reprodução social dos grupos domésticos, como é na Mesoamérica e nos Andes. Através de um conceito dinâmico, Harris pinta o quadro de um sistema familiar particular. Portanto, informação deste tipo é precisamente a que faz falta para poder planejar um ou vários sistemas familiares nesta interessante área cultural.

Conclusões

A bibliografia consultada revela a presença na América Latina, de uma variedade de conceitos culturais e práticas locais quanto à “chefia” do domicílio, o que constitui um casal – ainda em circunstâncias não residenciais –, o controle do gasto familiar, os direitos de pertencimento ou a composição familiar, entre outros. A bibliografia revela, nas imediações do Caribe, a importância de empregar termos como “matrifocalidade” com extremo cuidado e com plena consciência de que similaridades morfológicas não devem ser confundidas com importantes diferenças em lógicas culturais e princípios de legitimidade que sustentam sistemas familiares determinados.

As áreas dos camponeses milenares da Mesoamérica e dos Andes e das zonas tropicais sul-americanas constituem o cenário para a operação de vários sistemas familiares que, dadas as informações disponíveis, nem sempre permitem delinear com clareza. As circunstâncias de ocupação da terra nas áreas, objeto da presente análise, o que talvez não seja determinante, mas, certamente, condicionam algumas das características dos sistemas familiares. As especificidades presentes neste artigo, ainda insuficientes para elaborar modelos tão nítidos como no caso da Mesoamérica e dos Andes, também se manifestam em outras áreas da América Latina e podem ajudar a iniciar o trabalho conceitual para

desenvolver modelos próprios de realidades particulares, sobretudo, para avançar nas discussões sobre as unidades extradomésticas que ainda ficam pendentes para outras áreas do continente.

Apesar dos problemas com o marco conceitual, sobretudo onde os sistemas agrícolas são de roçado, as especificidades apresentadas mostram que muitos latino-americanos seguem pautas de reprodução social de seus grupos domésticos e grupos de parentesco, com lógicas culturais distintas da hegemônica ocidental. Vislumbram-se sistemas de transmissão de direitos à propriedade e aos bens que não concordam com o que se elaboraria como um único modelo de família nuclear de corte monogâmico. Se bem que seja certo, como afirmam Lomnitz e Pérez Lizaur (1987), que, ao se contar com os recursos econômicos adequados, algumas das divergências com o modelo nuclear monogâmico poderiam desaparecer, os sistemas familiares e os valores que guiam a organização social tratados aqui mostram a vigência de tradições culturais não ocidentais. Ainda que algumas destas práticas e formas de organizar a família bem possam ser “recursos da pobreza” (González de La Rocha, 1986), como mostra Kemper (1974), trata-se de recursos que as pessoas, concretamente dos grupos subalternos, tomam de acervos culturais cujas raízes são distintas das européias. Quando os pesquisadores chegarem a reconhecer isto e começarem a recorrer à cultura como um dos fatores essenciais para explicar o fenômeno familiar, terão avançado muito no caminho para conhecer as distintas realidades latino-americanas.

Referências

- AUGUSTINS, G. 1989. *Comment se perpétuer? Devenir des lignées et destins des patrimoines dans les paysanneries européennes*. Nanterre, Société d'Ethnologie, 434 p.
- BARROW, C. 1996. *Family in the Caribbean: Themes and perspectives*. Kingston, Ian Randle, 472 p.
- BERNARD, C. e GRUZINSKI, S. 1986. La famille en Meso-Amérique et dans les Andes. In: A. BURGUIERE, C. KLAPISCH-ZUBER, M. SEGALIN e F. ZONABEND (coords.), *Histoire de la famille: Le choc des modernités*. Paris, Armand Colin, vol. 3, p. 157-209.
- BRUHNS, K.O. 1994. *Ancient South America*. Cambridge, Cambridge University Press, 424 p.
- BRUXEL, A., S.J. 1996. *Los 30 pueblos guaraníes: panorama histórico-institucional*. Montevideo, Tradinco, 172 p.
- CALVO, T. 1973. *Acatzingo: demografía de una parroquia mexicana*. México D.F., Instituto Nacional de Antropología e Historia, 124 p.
- CHAYANOV, A.V. 1974. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Editorial Nueva Visión, 342 p.
- CLARAC DE BRICEÑO, J. 1976. *La cultura campesina en los Andes venezolanos*. Mérida, Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico, 180 p.
- CLARAC DE BRICEÑO, J. 1985. *La persistencia de los dioses: etnografía cronológica de los Andes venezolanos*. Mérida,

- Universidad de los Andes, 131 p.
- FALS BORDA, O. 1961. *Campeños de los Andes: estudio sociológico de Saucó*. Bogotá, Universidad Nacional, Monografías Sociológicas, Facultad de Sociología, 340 p.
- FALS BORDA, O. 1973. *El hombre y la tierra en Boyacá: desarrollo histórico de una sociedad minifundista*. Bogotá, Punta de Lanza, 259 p.
- FORTES, M. 1970 [1949]. Time and Social Structure: An Ashanti Case Study. In: M. FORTES, *Time and Social Structure and Other Essays*. London, The Athlone Press, p. 1-32.
- FORTES, M. 1978 [1958]. Introduction. In: J. GOODY (ed.), *The Developmental Cycle of Domestic Groups*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 1-14.
- GONZÁLEZ, N. 1969. *Black Carib Household Structure*. Seattle, University of Washington Press, 163 p.
- GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M. 1986. *Los recursos de la pobreza: familias de bajos ingresos de Guadalajara*. Guadalajara, El Colegio de Jalisco/CIESAS, 268 p.
- GOODY, J. 1976. *Production and Reproduction: A Comparative Study of the Domestic Domain*. Cambridge, Cambridge University Press, 157 p.
- GOODY, J. 1990. *The Oriental, the Ancient and the Primitive: Systems of Marriage and the Family in the Pre-industrial Societies of Eurasia*. Cambridge, Cambridge University Press, 542 p.
- GREENFIELD, S. 1960. Land Tenure and Transmission in Rural Barbados. *Anthropological Quarterly*, 33(4):165-176.
- GUTIÉRREZ DE PINEDA, V. 1968. *Familia y cultura en Colombia: tipologías, funciones y dinámica de la familia: manifestaciones múltiples a través del mosaico cultural y sus estructuras sociales*. Bogotá, Coediciones de Tercer Mundo y la Universidad Nacional de Colombia, 528 p.
- HAMILTON, S. 1998. *The Two-headed Household: Gender and Rural Development in the Ecuadorian Andes*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 296 p.
- HAREVEN, T. 1974. The Family as Process: The Historical Study of the Family Cycle. *Journal of Social History*, 7:322-329.
- HAREVEN, T. 1991. The History of the Family and the Complexity of Social Change. *American Historical Review*, 96(1):95-124.
- HARREL, S. 1997. *Human Families*. Boulder, Westview Press, 599 p.
- HARRIS, M. 2000. *Life on the Amazon: The Anthropology of a Brazilian Peasant Village*. Oxford, The Oxford University Press, 236 p.
- HELMS, M. 1981. Black Carib Domestic Organization in Historical Perspective: Traditional Origins of Contemporary Patterns. *Ethnology*, XX(1):77-86.
- KEMPER, R. 1974. Family and Household Organization Among Tzintzuntzan Migrants in Mexico City. *Latin American Urban Research*, 4:23-45.
- LAMBERT, B. 1980. Bilateralidad en los Andes. In: E. MAYER e R. BOLTON (comps.), *Parentesco y matrimonio en los Andes*. Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú, p. 11-54.
- LOMNITZ, L. 1976. ¿Cómo sobreviven los marginados? México, D.F., Siglo XXI, 226 p.
- LOMNITZ, L. e PÉREZ LIZAUR, M. 1987. *A Mexican Elite Family: 1820-1980: Kinship, Class and Culture*. Princeton (New Jersey), Princeton University Press, 294 p.
- McCAA, R. 1996. Tratos nupciales: la constitución de uniones formales e informales en México y España, 1500-1900. In: P. GONZALBO e C. RABELL, *Familia y vida privada en la historia de Iberoamérica*. México D.F., El Colegio de México/ Universidad Nacional de México, p. 21-57.
- MARGOLIES, L. e M.M. SUÁREZ. 1975. The Peasant Family in the Venezuelan Andes. In: A.F. MARKS e R.A. RÖMER (comps.), *Family and Kinship in Middle America and the Caribbean*. Leiden, University of the Netherlands Antilles and the Department of Caribbean Studies of the Royal Institute of Linguistics and Anthropology (IVIC, 32), p. 335-381.
- MÉTRAUX, A. e P. KIRCHHOFF. 1949. The Northeastern Extension of Andean Culture. In: J. STEWARD (coord.), *Handbook of South American Indians*. Washington, U.S. Government Printing Office, vol. 4, p. 349-368.
- MINDEK, D. 2003. Formación y disolución del matrimonio indígena: una revisión crítica. In: D. ROBICHAUX (coord.), *El matrimonio en Mesoamérica ayer y hoy: unas miradas antropológicas*. México, D.F., Universidad Iberoamericana, p. 331-360.
- MORIN, C. 1973. *Santa Inés Zacatelco (1646-1812): contribución a la demografía histórica de México*. México, D.F., Instituto Nacional de Antropología e Historia, 110 p.
- PETER ESPINOZA, M. 2007. Parentesco y grupo doméstico de los miskitos: los casos de Auhya Pihni y Santa Martha, Nicaragua. In: D. ROBICHAUX (comp.), *Familia y diversidad en América Latina: estudios de caso*. Buenos Aires, CLACSO, p. 345-354.
- POLLAK-ELTZ, A. 1974. *The black family in Venezuela*. Viena, Verlag Ferdinand Berger & Sohne, 179 p.
- POLLAK-ELTZ, A. 1976. The black family in Venezuela. In: A.F. MARKS e R.A. ROMER (coord.), *Family and kinship in Middle and the Caribbean*. Leiden, University of the Netherlands Antilles/Royal Institute of Linguistics and Anthropology, p. 416-431.
- POTTHAST-JUTKEIT, B. 1997. The Creation of the 'Mestizo Family Model': The Example of Paraguay. *The History of the Family: An International Quarterly*, 2(2):123-139.
- QUILODRÁN, J. 1991. *Niveles de fecundidad y patrones de nupcialidad en México*. México, D.F., El Colegio de México, 244 p.
- REDFIELD, R. e A. VILLA ROJAS. 1934. *Chan Kom: A Maya Village*. Washington, Carnegie Institution of Washington, 384 p.
- REICHEL-DOLMATOFF, G. e A. REICHEL-DOLMATOFF. 1961. *The People of Aritama: The Cultural Personality of a Colombian Mestizo Village*. Chicago, The University of Chicago Press, 482 p.
- REGEHR, V. 2005. 'Estamos juntos, estamos aparte': conceptos locales del grupo doméstico en San José Atlatla, Tlaxcala. México, D.F. Tesis de Maestría en Antropología Social. Universidad Iberoamericana, 261 p.
- ROBICHAUX, D. 1997. Residence Rules and Ultimogeniture in Tlaxcala and Mesoamérica. *Ethnology*, 39(2):149-172.
- ROBICHAUX, D. 2002. El sistema familiar mesoamericano: testigo de una civilización negada. In: DE LA PEÑA, G. e L.V. LEÓN (comps.), *La antropología socio-cultural en el México del Milenio: búsquedas, encuentros y transiciones*. México, D.F., Conaculta/Fondo de Cultura Económica, p. 107-161.
- ROBICHAUX, D. 2003. La formación de la pareja en la Tlaxcala rural y el origen de las uniones consensuales en la Mesoamérica contemporánea: un análisis etnográfico y etnohistórico. In: D.

- ROBICHAUX (comp.), *El matrimonio en Mesoamérica ayer y hoy: unas miradas antropológicas*. México, D.F., Universidad Iberoamericana, p. 205-236.
- ROBICHAUX, D. 2004. Bilateralidad, transmisión del patrimonio y género: el caso del sistema familiar mesoamericano. *Temas de Mujeres: Revista Electrónica de la Universidad Nacional de Tucumán, Argentina*. Disponible em: http://www.filo.unt.edu.ar/centininti/cehim/temas_1.pdf, acceso em: 01/04/2008.
- ROBICHAUX, D. 2005a. ¿Dónde está el hogar? Retos metodológicos para el estudio del grupo doméstico en la Mesoamérica contemporánea. In: D. ROBICHAUX (comp.), *Familia y parentesco en México y Mesoamérica: unas miradas antropológicas*. México, D.F., Universidad Iberoamericana, p. 295-330.
- ROBICHAUX, D. 2005b. Principios patrilineales en un sistema bilateral: herencia y residencia y el sistema familiar mesoamericano. In: D. ROBICHAUX (comp.), *Familia y parentesco en México y Mesoamérica: unas miradas antropológicas*. México, D.F., Universidad Iberoamericana, p. 167-272.
- RODRÍGUEZ FREYLE, J. 2000 [1636]. *Conquista y descubrimiento del Nuevo Reino de Granada*. Madrid, Dastin, 322 p.
- SALLES, V. 1991. Cuando hablamos de familia, ¿de qué familia estamos hablando? *Nueva Antropología*, XI(39):53-87.
- SALLES, V. e TUIRÁN, R. 1996. Mitos y creencias sobre la vida familiar. *Revista Mexicana de Sociología*, 59(2):117-144.
- SERVICE, E.R. e SERVICE, H.S. 1954. *Tobati: Paraguayan Town*. Chicago, The University of Chicago Press, 337 p.
- SUSNIK, B. 1965. *El indio colonial del Paraguay: el guaraní colonial*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero, 243 p.
- TWINAM, A. 1999. *Public Lives, Private Secrets: Gender, Honor, Sexuality, and Illegitimacy in Colonial Spanish America*. Stanford, Stanford University Press, 464 p.
- VIDART, D. 2000. *La trama de la identidad nacional: Indios, negros, gauchos*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, vol. 1, 365 p.
- VILLAMARÍN, J. e VILLAMARÍN, J.E. 1975. Kinship and Inheritance among the Sabana de Bogotá Chibcha at the Time of the Spanish Conquest. *Ethnology*, XIV(3):173-179.
- WAGLEY, C. 1953. *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*. New York, The MacMillan Company, 305 p.
- WILLEMS, E. 1952. Caboclo Cultures of Southern Brazil. In: S. TAX (ed.), *Acculturation in the Americas*. Chicago, University of Chicago Press, p. 36-57.
- WILLEMS, E. e MUSSOLINI, G. 1952. *Buzios Island: A Caiçara Community of Southern Brasil*. Locust Valley, J.J. Augustin Publishers-Monographs of the American Ethnological Society, 116 p.
- ZUIDEMA, T. 1966. El ayllú peruano. In: MEMORIAS DE XXXVI CONGRESO DE AMERICANISTAS, Sevilla, 1964. *Actas...*, Sevilla, Universidad de Sevilla, p. 407-411.

Submetido em: 08/12/2007

Aceito em: 05/03/2008